

Projeto-Resolução n.º 400/XV/1ª

Identificação dos recursos hídricos e a solução de dessalinização

Exposição de motivos

Nos últimos 55 anos, registou-se uma diminuição de 17% nos recursos hídricos renováveis per capita em toda a UE, segundo dados do Banco Mundial. Esta escassez de água, a nível sazonal e anual em algumas regiões da UE, é explicada em parte pelo crescimento demográfico verificado na última metade do século XX, pela pressão da atividade económica e particularmente pela incapacidade de gestão dos recursos hídricos. Todos estes fatores aliados ainda aos habituais ciclos de mudança do clima desafiam a disponibilidade de água doce na UE.

Segundo a Comissão Europeia, as secas extremas ocorridas nos últimos cinco anos na Europa Ocidental e Central causaram danos consideráveis, com perdas absolutas anuais na ordem dos 40 mil milhões de euros/ano.

Neste âmbito, as Nações Unidas em 2022 estabeleceram o Dia Mundial da Água, a ser comemorado a 22 de março de cada ano, integrando várias dimensões em torno dos recursos hídricos, tais como os tecnológicos, científicos, ambientais, sociais e culturais.

Deste modo, a Administração Central deve priorizar em articulação com entidades relacionadas com a temática dos recursos hídricos a elaboração de Matrizes Hídricas Regionais, que retratam com clareza, através de indicadores pré-definidos, a localização e quantificação dos recursos hídricos existentes em cada região, constituindo-se como um instrumento precioso para uma gestão sustentável deste bem essencial à vida.

Este propósito vai ao encontro do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, que tende a contribuir para uma nova cultura de água, através da sua valorização nos setores urbano, agrícola e industrial, assim como os objetivos enunciados na Lei da Água.

Se tivermos em conta o Índice Falkenmark (Falkenmark Water Stress Indicator) e dados provenientes do World Resources Institute (WRI), verifica-se que a Península Ibérica se encontra identificada com uma das zonas onde o stress hídrico e a escassez de água tendem a agravar-se, fruto de diversos fatores que concorrem para seu agravamento, sendo que a maioria do País apresenta um risco médio-alto e as regiões do Alentejo e do Algarve já ultrapassam o limiar do risco extremamente elevado.

Por sua vez, as previsões apontam para que Portugal esteja sob risco elevado de stress hídrico, até 2040.

Uma potencial solução hídrica está relacionada com a dessalinização, uma solução já aplicada em Porto Santo, cuja infraestrutura foi inaugurada em 1980 e que tem capacidade para abastecer as 30 mil pessoas que habitam a ilha durante todo o ano, sem qualquer falha e com uma capacidade de produção anual de cerca de 2,4 Mm<sup>3</sup>.

Portugal, com mais de 900 kms de costa deve olhar para a solução da dessalinização como uma oportunidade e como vários outros países com linhas costeiras o fizeram. Segundo estudos, existem mais de 16 mil centrais de dessalinização espalhadas por 177 países. Os países do Médio Oriente revelam-se os exemplos mais paradigmáticos, como o caso da Arábia Saudita que obtém metade da sua água potável via dessalinização, e nomeadamente Israel que outrora enfrentava uma das mais graves situações do mundo em termos de escassez de água e que inverteu a situação para atualmente ser abastecido quase na totalidade de água potável justamente pelo processo de dessalinização.

Contudo, e sendo uma solução que responde à problemática da seca e cuja implementação no nosso país se revela positiva e necessária, existem também consequências da tecnologia de dessalinização que devem ser tidas em conta, sobretudo a produção de resíduos como a salmoura que se não foram devidamente tratados, podem-se revelar nefastos à preservação da biodiversidade. Por esta razão, devem os estudos técnico-económicos inerentes às soluções tecnológicas que se possam preconizar em futuros processos concursais, incluir o fator ambiental e neste

caso diretamente relacionado com a salmoura, mas também tendo em conta que existem projetos para aproveitamento destes resíduos e metais presentes no sal, por exemplo para os vender como subprodutos da extração do sal.

Sendo considerado como um resíduo, existe a possibilidade, segundo os cientistas do Saline Water Conversion Corporation (SWCC), em concentrações entre 7% para 25%, de se obter certos minerais como o bromo (usos do bromo explicitados no site da BSEF – The International Bromine Council), o que se pode tornar uma oportunidade de negócio rentável, num contexto de minimização dos custos associados à produção de água potável a partir da água do mar.

Mais, tendo Portugal a vantagem de estar exposto ao Oceano Atlântico e às suas fortes correntes, estudos mais pormenorizados e desenvolvidos poderão evitar problemas ambientais e Porto Santo, por exemplo, é a prova de que se podem criar e implementar centrais de dessalinização sem prejudicar o ambiente.

Existem estudos, ainda que em fase de desenvolvimento, que observam a salmoura e o seu uso como oportunidade económica, nomeadamente para uso de produção de energia ou na aquicultura.

As soluções tecnológicas que minimizem o problema da seca devem pugnar pela implementação de práticas sustentáveis que promovam a utilização eficiente da água que, de uma forma pragmática, são passíveis de ser usadas no quotidiano para a minimização do consumo de água, sem diminuição do nível de conforto.

Aliás, o uso eficiente da água depende em grande parte de medidas gratuitas, relativas à alteração de comportamentos associados ao uso deste recurso e não apenas do acesso a dispositivos e equipamentos mais eficientes, que implicam por vezes investimentos expressivos sem significar uma maior eficiência no uso da água.

Pelo citado e em conclusão, consideramos que as crescentes necessidades de água, a limitação dos recursos hídricos e os conflitos entre alguns usos, exigem que tanto o planeamento como a gestão da utilização e do domínio da água se façam em termos

racionais e otimizados, devendo integrar-se na tomada de decisão e na construção de políticas de desenvolvimento, numa lógica quer global, quer local.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, recomendam ao Governo que:

- 1 – Sejam elaborados e/ou atualizadas as Matrizes Hídricas Regionais;
- 2 – Promova campanhas de sensibilização para o uso consciente e sustentável de água, num contexto de desenvolvimento integrado e sustentável;
- 3 – Proceda à divulgação dos estudos técnico-económicos e de impacte ambiental relacionados com as potenciais instalações de centrais de dessalinização no território nacional, que têm sido coordenadas pelas administrações das regiões hidrográficas, assim como os respectivos planeamentos, licenciamentos e fiscalizações.
- 4 – No caso específico e relacionado com a atual situação da bacia do Barlavento, promover com carácter de urgência ao lançamento do concurso relacionado com a empreitada de construção da central de dessalinização;
- 6 – Proceda à publicação do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo, de acordo com o Despacho n.º 444/2020, de 14 de janeiro, com vista à instalação de uma central dessalinizadora no litoral alentejano.

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa